

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 223/2024

DEFENTEC VIGILANCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 42.674.604/0001-63, sediada na Rua Brasil, nº 1282, São João, CEP: 88.535-000, Correia Pinto/SC, por intermédio de seu representante legal, Sr. **SANDRO DO PRADO CAMARGO**, portador da Carteira de Identidade nº 4925801, Órgão expedidor SSP/SC, e do CPF nº 076.450.369-31, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela empresa WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL, conforme segue:

1. O RECURSO

No mérito recursal, em síntese, a empresa WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL, manifestou intenção de recurso da decisão do Senhor Pregoeiro na Sessão Pública de julgamento de propostas e habilitação, que entendeu por classificar a proposta e habilitar esta Recorrida, ante deter o lance vencedor, com menor preço no certame em epígrafe.

Assim, em suas razões de recurso, a Recorrente alega que a planilha de custos apresentada junto à proposta contém erros insanáveis, alegando a inexecuibilidade da proposta ofertada, o que não atenderia ao previsto no edital.

Diante do exposto, a Recorrida apresenta suas contrarrazões, como segue:

2. A LEGALIDADE E EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA RECORRIDA

Conforme referido nas razões de recurso, a Recorrida deteve a sua proposta classificada e foi considerada habilitada no pleito, de acordo com a decisão do Sr. Pregoeiro, registrada na Sessão Pública do certame.

Assim, não se olvide que o princípio da vinculação ao edital é instituto de grande importância em se tratando de processos licitatórios, traz equilíbrio e isonomia ao pleito. É exatamente por ter observado mencionado princípio que o acerto da decisão de classificação e habilitação da Recorrida no certame deve permanecer, uma vez que esta cumpriu, sem retoques, todas as exigências firmadas no instrumento convocatório, restando todas as reclamações apresentadas na sede recursal sem qualquer esboço de exigência no edital.

Nesta via, como é notório, em sede de licitação, a administração não pode exigir nem a mais e nem a menos do que está previsto no edital do feito, e havendo dúvidas sobre a melhor interpretação quanto às disposições contidas no instrumento, a decisão deve direcionar para interpretação que traga maior amplitude à concorrência, preservando a escolha da melhor proposta, que é definida, no caso, pelo menor preço ofertado por empresa capaz de executar o objeto:

“ O edital deverá subordinar-se aos preceitos constitucionais e legais. Não poderá conter proibições ou exigências que eliminem o exercício do direito de licitar, importem distinções indevidas ou acarretem preferências arbitrárias. Além disso, o edital deve ser claro e

preciso, não poderá gerar dúvidas nos participantes sobre as suas exigências formais e matérias (...). Logo a inexistência de vínculo lógico entre as exigências e o fim acarreta a invalidade daquele...” (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 682) – (grifou-se)

Por assim, firmadas as exigências de classificação de proposta e habilitação no edital do feito, nenhuma exigência além do definido no ato de convocação pode ser motivo para a eliminação de licitante, sob pena de ilegalidade, ante o desrespeito ao vínculo editalício.

Dito isto, no que se refere aos pontos do recurso, quanto a insurgência sobre a planilha de custos apresentada pela Recorrida junto de sua proposta, as razões recursais supõem as seguintes falhas:

- 1) Eu não utilizou os parâmetros corretos para compor os custos de rescisão contratual;
- 2) O tributo do ISS foi cotado com percentual inferior ao previsto para o serviço no município de Timbó/SC;
- 3) A negligenciou os valores referentes à incidência previdenciária sobre o montante da intrajornada;

No caso, o edital do feito, para fins de classificação e julgamento de propostas, vinculou a demonstração da exequibilidade do valor vencedor na fase de lances à apresentação de planilha de custos, na forma do item 5.5.1. do Edital:

“5.5.1. Deverão os licitantes apresentarem a respectiva planilha com detalhamento de custos, sob pena de desclassificação.”

Contudo, a administração municipal, por meio do edital, não apresentou um modelo a ser seguido e nem se remeteu a qualquer norma para fins de composição de mencionada planilha.

Com isto, como melhor forma de composição, a Recorrida apresentou a planilha de custos com base nos padrões previstos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme a IN 05/2017, uma vez que, por critérios objetivos, prevê os custos correntes para serviços, sobremaneira os relacionados com encargos trabalhistas.

Logo, levando em consideração que a empresa Recorrida é optante do regime de tributação pelo SIMPLES Nacional (comprovante anexo), expõe, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho inerente (anexo), que os custos apresentados na respectiva tabela, observadas as características de tributação do regime, estão todos corretos, inclusive no que se refere à incidência de impostos e demais tributos, mormente as contribuições incidentes.

Como é notório, o SIMPLES Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Diante disto, os tributos: impostos e contribuições, dos Entes Federais são condensados, declarados e pagos de forma unificada pela DAS, com alíquotas menores, com o intuito de preservar e beneficiar as micros e pequenas empresas. Os tributos englobados

são IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social, bem como isenta do pagamento uma série de contribuições sociais e patronais.

Com este panorama, a empresa Recorrida apresentou a tabela com os custos, principalmente tributários, conforme a condição de optante do SIMPLES Nacional e de acordo com a CCT inerente, não havendo qualquer vício ou irregularidade, como ora expõe:

a) A Recorrida, ao contrário do que expôs a Recorrente, fez corretamente os cálculos da provisão para rescisão seus encargos, conforme a planilha apresentada:

GRUPO C		
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$12,79
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$5,12
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa multa de 40% do FGTS)	3,200%	R\$98,16
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa contribuição de 10% do FGTS)	0,000%	R\$0,00
TOTAL - GRUPO C	3,784%	R\$116,08

A Recorrente, ainda que apresente discordância, não formulou qualquer cálculo apontando com objetividade como os cálculos para rescisão, expostos na planilha da Recorrida, foram feitos com erro, descrevendo valores e diferenças, apontando com segurança, a inexecutabilidade apontada.

b) O tributo municipal do ISS também é incluso no SIMPLES Nacional, e está calculado na aba “Tributos” da Tabela.

A Recorrida cotou a carga tributária na planilha, conforme a legislação em que está submetida, qual seja, aba “Tributos” da Tabela, compatível com o SIMPLES Nacional, **o qual inclui os impostos, contribuições e encargos devidos pela empresa, ou seja, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS (ISSQN), RAT, dentre outros, tal circunstância não redunde em benefício indevido, ao contrário, deriva de comando expresso em lei.**

Logo, pela faixa que está inserida a Recorrida, na forma estipulada para optantes do SIMPLES NACIONAL, a alíquota efetiva do ISS é de 2%, somada aos demais tributos designados como “Simples” na planilha apresentada, resulta no total de tributos de 5%:

ISSQN ou ISS	2,000%	R\$99,38
SIMPLES	3,000%	R\$166,94
TOTAL - Impostos	5,000%	R\$266,32

c) No que se refere a alegada negligência da incidência previdenciária sobre o montante da intrajornada, nada mais absurdo, os custos previdenciários, estão todos computados com a incidência das verbas originárias do Grupo A, exposto na Tabela entregue, de acordo com o discriminado nos Grupos B, C e D:

GRUPO B		
B.01 13º Salário	8,333%	R\$255,62
B.02 Férias (Incluindo 1/3 constitucional)	11,111%	R\$340,84
B.03 Aviso Prévio Trabalhado	1,944%	R\$59,63
B.04 Auxílio Doença	0,000%	R\$0,00
B.05 Acidente de Trabalho	0,333%	R\$10,22
B.06 Faltas Legais	0,278%	R\$8,53
B.07 Férias sobre Licença Maternidade	0,074%	R\$2,27
B.08 Licença Paternidade	0,021%	R\$0,64
TOTAL - GRUPO B	22,094%	R\$677,76
GRUPO C		
C.01 Aviso Prévio Indenizado	0,417%	R\$12,79
C.02 Indenização Adicional	0,167%	R\$5,12
C.03 Indenização (rescisão sem justa causa multa de 40% do FGTS)	3,200%	R\$98,16
C.04 Indenização (rescisão sem justa causa contribuição de 10% do FGTS)	0,000%	R\$0,00
TOTAL - GRUPO C	3,784%	R\$116,08
GRUPO D		
D.01 Incidência dos encargos do grupo A sobre o grupo B	6,186%	R\$41,93
TOTAL - GRUPO D	6,186%	R\$41,93

Portanto, sem qualquer respaldo a alegação da Recorrente no ponto.

Feitos os esclarecimentos, a tabela entregue apenas exprimiu o custo médio e elementar de um vigilante mês a mês, possui apenas caráter instrumental. Tanto é assim, por exemplo, que para fins de Vale Transporte, foi calculada a tarifa de ônibus interurbana com base no valor médio do Estado de Santa Catarina, R\$ 5,75, sendo, todavia, que a tarifa nesta cidade Timbó/SC, é de R\$ 4,00 (Fonte: Timbo - Expresso Presidente). Ou seja, com o contexto de expor o gasto médio por colaborador, a planilha prévio o preço superior na diferença de R\$ 52,50 na rubrica, o que auxilia, ainda que os cálculos da tabela estivessem equivocados em algum ponto, a demonstrar a exequibilidade da proposta ofertada.

Logo, discussões mínimas e sem grandes reflexos sobre o acerto da forma cálculo dos custos postos na tabela, na seara deste procedimento, não podem, sem outros elementos concretos, levar a inexecuibilidade do valor proposto por esta Recorrida de R\$ 22.600,00 (vinte e dois mil e seiscentos reais) ao mês para o posto com dois vigilantes (vigilante diurno R\$10.541,06 – vigilantes noturno R\$ 12.058,92) – media por vigilante de R\$ 5.650,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), uma vez que há de existir razoabilidade e proporcionalidade na aferição de dito documento. Nesta via, em decisão escolar, o Tribunal de Contas da União definiu:

“...Quanto se realiza licitação pelo menor preço global, interessa primordialmente para a Administração o valor global apresentado pelos licitantes. É com base nesses valores apresentados que a Administração analisará as propostas no tocante aos preços de acordo com os dispositivos legais pertinentes (por exemplo, a exequibilidade dos valores ofertados, a compatibilidade com os preços de mercado e a prática ou não de valores abusivos).

(...)

A respeito, ainda no sentido do caráter instrumental das planilhas, trago as seguintes considerações constante do voto condutor do Acórdão 963/2004-Plenário:

“6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso

que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.”

Não é demais lembrar que a Administração não pagará diretamente pelos encargos trabalhistas indicados na planilha, pois são eles de responsabilidade da contratada. Não interessa para a contratante, por exemplo, se em determinado mês a contratada está tendo gastos adicionais porque muitos empregados estão em gozo de férias ou não. À contratante interessa que haja a prestação de serviços de acordo com o pactuado. Ou seja, a planilha de formação de custos de mão de obra constitui um útil ferramental para a análise do preço global ofertado, mas não constitui em indicativos de serviços unitários a serem pagos de acordo com a sua execução, como quando ocorre com os serviços indicados no projeto básico de uma obra pública, os quais são pagos de acordo com o fornecimento de cada item unitário.

Aliás, nem poderia ser diferente, pois a contratação prevê um pagamento fixo mensal e os valores dos encargos trabalhistas indicados estão sujeitos a variações que escapam ao controle das partes contratantes (v. g., aviso prévio indenizado, auxílio doença, faltas legais, licença maternidade/paternidade, faltas legais, etc.). Desta forma, os valores correspondentes aos encargos são meras estimativas apresentadas pela licitante, de forma que eventuais divergências entre o apresentado e o efetivamente ocorrido devem ser considerados como inerentes aos riscos do negócio, impactando positivamente ou negativamente sobre o lucro da contratada.

(...)

Exemplifico. Digamos que no quesito férias legais, em evidente desacerto com as normas trabalhistas, uma licitante aponha o percentual de zero por cento. Entretanto, avaliando-se a margem de lucro da empresa, verifica-se que poderia haver uma diminuição dessa margem para cobrir os custos de férias e ainda garantir-se a exequibilidade da proposta.

Em tendo apresentado essa licitante o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes.

Afirmo que a falha pode ser considerada um erro formal porque a sua ocorrência não teria trazido nenhuma consequência prática sobre o andamento da licitação. Primeiro, porque não se pode falar em qualquer benefício para a licitante, pois o que interessa tanto para ela quanto para a Administração é o preço global contratado. Nesse sentido, bastaria observar que a licitante poderia ter preenchido corretamente o campo férias e de forma correspondente ter ajustado o lucro proposto de forma a se obter o mesmo valor global da proposta. Segundo, porque o caráter instrumental da planilha de custos não foi prejudicado, pois a Administração pôde dela se utilizar para avaliar o preço proposto sob os vários aspectos legais.

Em suma, penso que seria um formalismo exacerbado desclassificar uma empresa em tal situação, além de caracterizar a prática de ato antieconômico. Rememoro ainda que a obrigação da contratada em pagar os devidos encargos trabalhistas advém da norma legal (art. 71 da Lei 8.666/93), pouco importando para tanto o indicado na planilha de custos anexa aos editais de licitação.

(...)

Dessa forma, concluindo o raciocínio, entendo que eventuais falhas constantes das planilhas de custos unitários indicativos dos custos de formação de obra terceirizada devem ser adequadamente sopesadas de acordo com os objetivos instrumentais dessa planilha, de forma a não serem desclassificadas propostas mais vantajosas para a Administração e cujos preços atendam aos requisitos legais.” (TCU - Acórdão 4.621 - 2ª Câmara) - (grifou-se)

Com este esquete, como exemplo, a tabela apresentada, ausente modelo previsto no

edital, posta com os parâmetros estipulados na IN 05/2017, consta como fator de custo a provisão de rescisão, o qual é firmado em hipótese de saída do funcionário, mas que, efetivamente, não compõe custo corrente concreto, uma vez que não se faz lógico que todos os colaboradores empregados sejam despedidos ou peçam a demissão ao mesmo tempo, ou no mesmo período de contratação.

Destarte, portanto, a tabela de composição de custos é um instrumento que auxilia na verificação das condições ideais para que a licitante execute o serviço, mas não pode, por si só, indicar a inexecutabilidade de valores, sem outros elementos que efetivamente concluam pela impossibilidade de se realizar o serviço com o montante ofertado.

Assim, a Recorrida possui ou executou recentemente contratos com outros entes municipais e públicos, em todos cumpriu ou vem cumprindo fielmente seus encargos, podendo citar contratações junto às Prefeituras de Ponte Alta/SC, Major Vieira/SC, Correia Pinto/SC, Otacílio Costa/SC, Braço do Norte/SC, SESC Hotel Florianópolis/SC, SESC Unidade Urubici/SC, Porto Belo/SC, com custos mensais para cada vigilante empregado que pouco destoa do valor mensal ora constante no lance melhor colocado.

Como exemplo atual, consta do contrato (anexo), vigente junto à Prefeitura de Porto Belo/SC, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 063/2024, pactuado na data de 07.08.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada, por vigias regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para Unidade de Pronto Atendimento 24 horas. Dois postos 12x36, registra o contrato o valor global de **R\$ 472.800,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e oitocentos reais)**, com o valor mensal, por vigilante (oito vigilantes – 2 postos), de **R\$ 4.925,00 (quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais)**, inferior ao valor mensal por vigilante lançado e vencedor neste certame.

Também, consta do contrato (anexo), vigente junto ao SESC/SC, unidade Hotel Cacupé – Florianópolis/SC, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 0472024, pactuado na data de 25.10.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada, por vigias regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para o Hotel - 24 horas. Dois postos 12x36, registra o contrato o valor global de **R\$ 499.200,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos reais)**, com o valor mensal, por vigilante (oito vigilantes – 2 postos), de **R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)**, inferior ao valor mensal por vigilante lançado e vencedor neste certame.

Ainda, consta do contrato (anexo), vigente junto ao SESC/SC, unidade SESC - Urubici/SC, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO n.º 113/2024, pactuado na data de 25.10.2024, em que esta empresa fornece o serviço de segurança desarmada, por vigias regulamente contratados e certificados pela Polícia Federal do Brasil para as instalações do SESC local - 24 horas. Um posto 12x36, registra o contrato o valor global de **R\$ 19.649,99 (dezenove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos)**, com o valor mensal, por vigilante (quatro vigilantes – 1 posto), de **R\$ 4.912,49 (quatro mil, novecentos e doze reais e quarenta e nove centavos)**, inferior ao valor mensal por vigilante lançado e vencedor neste certame.

Como se observa, respeitado o dissídio coletivo próximo, os valores em que esta empresa Recorrida fornece os serviços para postos 24 horas, delineados nos contratos acima, são inferiores ao do valor ora vencedor, motivo pelo qual, não se pode cogitar a inexecutabilidade da proposta aceita e classificada, refletindo a realidade efetiva do mercado de trabalho.

Soma-se a isto o fato de que no próprio pleito em tela, houve concorrência acentuada entre as empresas participantes até o valor próximo ao ora vencedor, circunstância que reforça que o



CNPJ nº 42.674.604/0001-63

FONE – (49) 3191-1102 - CEL/Whatsapp - (49) 99970-5294

defenseg1@outlook.com

preço ofertado está de acordo com o praticado para o serviço.

Destarte, nos termos do artigo 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a capacidade de fornecer o serviço por meio da proposta lançada no pleito foi amplamente demonstrada, por documentos fidedignos e hábeis.

Com relevo, a Recorrente não demonstra por meios evidentes outros, que a proposta ofertada é efetivamente inexecutável, sequer junta contratos, seja da própria, ou de outras empresas, que demonstram que não é possível atuar no mercado com o valor ora proposto, aterm-se em contestar o preenchimento da tabela de composição de custos da Recorrida, sem colocar qualquer outro elemento que aponte, ao teor do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, que objetivamente o valor proposto por essa é inexecutável.

Por todo exposto, não opondo objetivamente o Recurso elementos irrefutáveis de que o valor ora vencedor da Recorrida é inexecutável, senão por alegações de irregularidades em composição de tabela de custos, todos acima esclarecidos e afastados, não há como se acatar o recurso.

Desta feita, observa-se que a decisão do Senhor Pregoeiro foi inteiramente acertada em classificar a proposta da Recorrida, bem como habilitá-la, posto que esta cumpriu com todas as determinação e exigências formuladas pelo instrumento licitatório.

3. O REQUERIMENTO

Ante todo o exposto, Ilustríssimo Senhor Pregoeiro, pugna a Recorrida pelo recebimento das presentes razões contrarrecursais, para julgar improcedente as razões de recurso, mantendo-se a decisão de classificação da proposta e habilitação da Recorrida, ante ter cumprido com todas as exigências expostas no edital, prosseguindo o feito com a adjudicação da proposta vencedora.

Termos em que pede e espera deferimento.

Correia Pinto (SC), 20 de janeiro de 2025.

SANDRO DO PRADO CAMARGO

CPF nº 076.450.369-31

Sócio/Administrador